



GOVERNO

Presidente chama de “lenga-lenga” a demora do instituto em conceder licença de prospecção na Foz do Amazonas, no litoral do Amapá. Pressão dele sobre o órgão aumentou após a eleição do presidente do Congresso, Davi Alcolumbre, que cobra do petista a autorização

Para explorar petróleo, Lula ataca o Ibama

» VICTOR CORREIA

Evaristo Sa / AFP

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva escalou a pressão que tem feito sobre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), na últimas semanas, para que aprove a exploração de petróleo na Foz do Amazonas, no litoral do Amapá. Ele classificou como “lenga-lenga” a demora em autorizar pesquisas para a prospecção e disse que o órgão parece atuar contra o governo. As declarações provocaram a reação do presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, e de servidores, que, segundo apurou o **Correio**, apontam ter havido até interferência direta no processo de licenciamento ambiental. A expectativa é de que o órgão dê um novo parecer sobre o caso no fim deste mês.

“Não é que eu vou mandar explorar, eu quero que seja explorado. Nós temos de pesquisar, ver se tem petróleo”, disse Lula, em entrevista à Rádio Diário FM, de Macapá. O presidente não foi questionado inicialmente sobre o assunto, mas o abordou por vontade própria. “O que não dá é para ficar nesse lenga-lenga. O Ibama é um órgão de governo, parecendo que é um órgão contra o governo”, acrescentou.

O chefe do Executivo adiantou que a Casa Civil vai intermediar uma conversa entre Ibama e Petrobras, até a semana que vem, para tentar destravar a negociação. “A Petrobras é uma empresa responsável. Tem a maior experiência em exploração de petróleo em águas profundas”, argumentou Lula. “Vamos cumprir todos os ritos necessários para que não cause nenhum estrago na natureza, mas a gente não pode saber que tem uma riqueza embaixo de nós e não poder explorar.”

Segundo o Ibama, a Petrobras ainda não cumpriu as exigências para proteger a região contra um possível derramamento de óleo, por exemplo,



Lula: “Temos de pesquisar, ver se tem petróleo (...) A gente não pode saber que tem uma riqueza embaixo de nós e não poder explorar”

que seria catastrófico para o bioma amazônico.

Hoje, Lula embarca para o Amapá ao lado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), um dos principais defensores da atividade — que pode beneficiar seu estado.

Lula é um defensor da exploração de petróleo, sob o argumento de que trará riqueza ao país. O assunto ganhou força após Alcolumbre assumir a presidência do Senado. Ele levou o tema à sua primeira reunião com o chefe do Executivo, dois dias após a posse, e o petista prometeu avançar com as tratativas.

A exploração do petróleo é defendida, também, pela bancada do Amapá no Congresso, incluindo o líder do governo, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP). Para



O que não dá é para ficar nesse lenga-lenga. O Ibama é um órgão de governo, parecendo que é um órgão contra o governo”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

o estado, a perfuração pode trazer um valor estimado de R\$ 10,7 bilhões para o Produto Interno

Bruto (PIB), aumento de 62,2%, segundo estimativa do Observatório Nacional da Indústria.

A pressão se intensificou nos últimos dias ante a avaliação do governo de que uma aprovação agora pode mitigar críticas e protestos durante a COP 30, que será realizada em novembro, no Pará.

As declarações de Lula foram vistas no Ibama como interferência política em um processo estritamente técnico, cujo atropelo pode ter consequências graves.

Rodrigo Agostinho, no entanto, disse encarar a pressão com naturalidade. “Isso é normal. Se eu não gostasse de pressão, não estava fazendo o que faço. Eu preciso também ser justo. O presidente nunca me pressionou para isso, mas, de tempos em tempos, têm empreendimentos que são

emblemáticos, e a sociedade toda cobra uma resposta”, afirmou, em entrevista ao jornal O Globo.

“Inadmissível”

Já a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema) chamou de “inadmissível” a pressão feita pelo chefe do Executivo.

“As declarações que desqualificam o Ibama e seus servidores desrespeitam o papel fundamental da instituição na defesa do interesse público, que é seu objetivo final, independentemente do governo da vez”, sustentou. Citou, ainda, haver sucateamento no órgão, que atralha o andamento das licenças.

A entidade também mencionou que o governo federal nunca

Entenda o caso

Embates permanentes

A Foz do Amazonas é das cinco bacias que compõem a chamada Margem Equatorial do Brasil. A exploração do local é tema de contenda entre o Ibama, a Petrobras e outros órgãos do governo desde o início do mandato do presidente Lula. O principal tema do embate é a apresentação do plano emergencial para conter desastres e impedir danos ao bioma amazônico. Como há possibilidade da instalação de poços próximos à Foz do Rio Amazonas, região crítica para a biodiversidade, as exigências são rigorosas. Por exemplo, a instalação de bases marítimas e aéreas e centros para recuperação da fauna marinha e terrestre. Até o momento, os planos apresentados pela Petrobras foram considerados insuficientes, mas uma nova versão foi entregue em dezembro, e está em análise.

atuou para a realização de uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAS), análise aprofundada que reduziria incertezas sobre a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas.

Técnicos do Ibama questionam a justificativa da Petrobras de que a atividade na região seria apenas uma “pesquisa” para tentar encontrar poços de petróleo. A prospecção é feita com perfurações e, caso atinja um reservatório, pode levar a um desastre ambiental.

Na semana passada, após Lula dizer que o governo deve liberar estudos para exploração no local, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ressaltou que as licenças são concedidas a partir de critérios definidos por lei.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Lula critica Ibama e constrange Alckmin, França e Marina

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou duramente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ontem, pelo que chamou de “lenga-lenga” na questão da exploração de petróleo na Margem Equatorial da Amazônia, no litoral do Amapá, Região Norte do país. Chegou a dizer que o órgão parece agir como se fosse contra o governo, durante entrevista à Rádio Diário FM, em Macapá, onde deve se encontrar, ainda hoje, com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

As declarações atingem diretamente o presidente do órgão, Rodrigo Agostinho, ex-prefeito de Bauri e ex-deputado federal do PSB, o que deixa constrangidos o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB); o ministro do Emprego e Proteção Social, Márcio França (PSB); e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), ao qual o Ibama está subordinado. Agostinho vem promovendo o fortalecimento da capacidade

operacional do órgão, principalmente com o uso de tecnologia na fiscalização e combate ao crime ambiental.

Desde a posse de Lula, a Petrobras mantém uma queda de braços com o Ibama, que não autoriza a estatal de petróleo a perfurar poços na região. Estima-se que a Margem Equatorial, que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte, possa conter até 14 bilhões de barris de petróleo. “Talvez esta semana ainda vá ter uma reunião da Casa Civil com o Ibama, e nós precisamos autorizar a Petrobras para fazer pesquisas. É isso que queremos. Se depois vamos explorar é outra discussão. O que não dá é ficar nesse lenga-lenga. O Ibama é um órgão do governo, parecendo que é um órgão contra o governo”, disparou Lula.

A Petrobras cumprirá “todos os ritos” para evitar danos ambientais, garante Lula. “A gente não pode saber que tem uma riqueza embaixo de nós e não explorar, até porque dessa riqueza é que a gente vai ter dinheiro para

construir a famosa e sonhada transição energética”, disse. Novo presidente do Senado, Davi Alcolumbre pressiona o governo para que autorize a exploração de petróleo no litoral do Amapá, na suposição de que a bacia petrolífera da Margem Equatorial é a mesma que está sendo explorada na Guiana. Pela mesma razão, nos bastidores do governo, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), entrou em rota de colisão com a ministra Marina Silva, que endossa a resistência do Ibama.

O órgão negou o pedido de licença da Petrobras para perfuração na Bacia da Foz do Amazona em maio de 2023, quando apontou lacunas nos estudos de impacto ambiental, especialmente no que diz respeito à proteção da fauna em caso de vazamentos de óleo, e à ausência de uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), considerada essencial para uma análise abrangente dos impactos acumulados das atividades petrolíferas na região.

Mais garantias

Ambientalistas, comunidades indígenas e organizações da sociedade civil se opõem à exploração do petróleo na região. Alertam para os riscos de danos irreversíveis a ecossistemas sensíveis, como manguezais e recifes de corais, além dos impactos potenciais sobre comunidades locais que dependem da pesca e de outros recursos naturais. A falta de infraestrutura adequada para responder a possíveis desastres ambientais na região também é uma preocupação central.

O presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, alega que a negativa à licença não foi baseada em uma oposição à exploração de petróleo em si, mas na falta de garantias de que a atividade poderia ser realizada de forma segura e sustentável. Ele mencionou a ausência de uma estrutura de apoio adequada em caso de incidentes como um dos principais motivos para a decisão. A decisão final sobre a autorização para a exploração de petróleo

na foz do Amazonas ainda está pendente, aguardando análises técnicas adicionais e possivelmente novas negociações entre as partes envolvidas, daí o presidente Lula ter acusado o Ibama de “lenga-lenga”.

Para se ter uma ideia da magnitude de reservas de 14 bilhões de barris de petróleo, deve-se considerar que as reservas do pré-sal equivalem a 16 bilhões de barris. Os defensores da exploração alegam que isso pode impulsionar a economia local, ao gerar empregos diretos e indiretos em setores como infraestrutura, logística e serviços. Estados e municípios passariam a receber royalties e participações especiais, ajudando no financiamento de serviços públicos, como saúde e educação. Para responder às críticas dos ambientalistas, a Petrobras argumenta que isso também financiaria a transição energética, enquanto o mundo ainda depende de petróleo. Entretanto, a exploração de petróleo pode agravar as emissões de gases de efeito estufa, dificultando o cumprimento das metas climáticas brasileiras.